

**AS BIBLIOTECAS ESCOLARES, O DESCARTE DOCUMENTAL E A
INSTITUIÇÃO DE PRÁTICAS CULTURAIS LITERÁRIAS (1986 -2010)
SCHOOL LIBRARIES, DOCUMENTAL DISPOSAL AND ESTABLISHMENT OF
CULTURAL LITERARY PRACTICES (1986 - 2010)**

Elaine Rodrigues¹

Roseli M.R.Almeida^{1a}

Resumo: Este artigo objetiva identificar as práticas culturais instituídas em bibliotecas de escolas públicas do município de Naviraí-MS no período de 1986 a 2010, a fim de compreender e analisar os mecanismos de organização do tempo e do espaço destinados, especificamente, às atividades de leitura literária. Foram utilizados como fontes: livros tombo; livros e/ou fichas de empréstimos; croquis dos espaços; obras enviadas às bibliotecas pela extinta Fundação de Assistência ao Estudante — FAE e por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE. Os resultados apontam questões relacionadas aos aspectos de configuração da cultura escolar, que descarta ou guarda determinados objetos, o que consolida *habitus* de valoração ou não, de práticas culturais escolares.

Palavras-chave: Pesquisa em educação. Cultura escolar. Fontes documentais. Práticas culturais escolares.

Abstract: This article aims to identify the cultural practices instituted in public schools libraries in Naviraí-MS municipality in the 1986-2010 period, in order to understand and analyze the mechanisms of organization of time and space designed specifically to literary reading activities. They were used as sources: tumble books; books and/or records of loans; sketches of spaces; works sent to libraries by the extinct Fundação de Assistência ao Estudante (Assistance Student Foundation) — FAE and through the Programa Nacional Biblioteca da Escola (National Program of School Library) - PNBE. The results indicate issues related to configuration aspects of school culture, which dismisses or guard certain objects, which consolidates *habitus* valuation or not, school cultural practices.

Keywords: Research in education. School culture. Documentary sources. School cultural practices.

Introdução

O presente artigo consiste numa análise acerca das bibliotecas escolares, das fontes de consulta nelas existentes e suas relações com a cultura escolar. Na primeira parte do texto tenta-se responder às preocupações de por que pesquisar bibliotecas escolares e, para a obtenção de respostas fundamentadas, são inventariadas algumas pesquisas sobre leitura e bibliotecas no Brasil. Na segunda parte é feita uma exposição sobre as relações que tratam dos espaços de bibliotecas escolares e a cultura escolar, buscando demonstrar como a cultura constituída na escola é erigida por uma singularidade, mas que, no entanto, reflete também comportamentos, ideias e concepções de um grupo social, numa determinada época. Na

¹Pós-doutorado em História da Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Doutorado em História e Sociedade pela UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestrado em Educação e Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá. Professora Associada do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM).

^{1a} UFMS/Câmpus de Naviraí/Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá

terceira parte do texto trata-se das dificuldades na seleção e organização das fontes documentais no espaço escolar, considerando que até mesmo os descartes de materiais escolares precisam ser analisados para garantir a tentativa de entendimento das disposições da cultura escolar.

Assevera-se que afligia-nos a busca por documentos e ‘marcas’ deixadas pelos sujeitos leitores ao longo do período estudado. Pretendíamos obter dados que pudessem evidenciar ‘o acesso’ aos textos literários, ou seja, àquelas obras que são lidas por gosto, prazer, lazer. Simões (2012, p. 220) destaca que, para os historiadores da educação: “[...] a situação se revela ainda mais complexa, uma vez que, em sua gênese, a história da educação vincula-se à ciência pedagógica, ganhando ela também, os seus próprios gozos e suas particularidades [...]”. Também Saviani (2010, p. 14) corrobora essa análise ao afirmar que “[...] o reconhecimento do empenho dos historiadores da educação não deve obscurecer, porém, as reais dificuldades teóricas”.

Destaca-se que o trabalho de tese em questão tem como objetivo geral o de analisar a cultura instituída ao longo do tempo em bibliotecas de escolas públicas do município de Naviraí/MS, a fim de compreender os mecanismos de organização do tempo e do espaço destinados às práticas de leitura literária. Quanto aos objetivos específicos, três se destacam: a) analisar e descrever práticas de leitura de textos literários que foram se constituindo ao longo do tempo, no espaço das bibliotecas escolares; b) analisar documentos e materiais produzidos na cultura escolar que possam evidenciar as formas de organização das bibliotecas no período pesquisado (1986-2010); e c) observar e descrever práticas de mediação didática, encontradas nos documentos e materiais da cultura escolar em relação à leitura literária.

O marco cronológico da pesquisa foi apreciado mediante o levantamento preliminar de alguns documentos importantes para a análise do acesso às obras literárias em bibliotecas escolares, sendo: a) 1986 é o ano da implantação da primeira biblioteca escolar de Naviraí/MS; b) 1996 é o ano da implantação do Programa Nacional Biblioteca da Escola², pelo Ministério da Educação, considerado o maior programa de distribuição de obras literárias às escolas públicas do Brasil; e c) em 2010 é a publicação de Lei Federal nº 12.244, em 24 de maio, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país e prevê o prazo máximo de 10 anos a partir de sua publicação para que as escolas públicas do

² O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) tem como objetivo prover as escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no âmbito da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, do ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA), com o fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica.

país sejam dotadas de um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado.

Por que pesquisar bibliotecas escolares?

Em estudos sobre as práticas de leitura observou-se que nos 100 anos de leitura na França, ou seja, entre 1880 a 1980, Chartier e Hébrard (1995) identificaram discursos que aparentemente defendiam posições contrárias em relação à leitura, mas que progressivamente constituir-se-iam em um discurso unificado, enfatizando o seu valor incontestável. Ao mesmo tempo em que a escola se tornou, no período, um local de extrema relevância para as sociedades, a leitura tornou-se imprescindível como atividade humana para alcançar o saber elementar da civilização. Para Chartier e Hébrard (1995), a historiografia das práticas de leitura na França mostrou que essa atividade escolar se tornou unanimidade ao final do século XIX. Já naquela época era senso comum defender que, na escola, ‘era preciso ler’. Ao mesmo tempo, havia muitas discussões sobre ‘o que’ ler, ‘quando’ e ‘por que’. Tais discussões tomaram dimensões diferenciadas de acordo com os interesses de cada grupo social: igreja, bibliotecários e escola.

Posteriormente, a partir do século XX, manifestou-se a ideia de que “[...] a leitura, revestida de uma aura positiva, é capaz de proporcionar os mais variados benefícios: tornar os sujeitos mais cultos e, por consequência, mais críticos, mais cidadãos, mais verdadeiros” (ABREU, 1999, p. 10), o que traz a imagem dessa prática como algo bom e necessário. A partir desse período, os programas de incentivo e as propostas que tentam aproximar os alunos da leitura foram fortemente apoiados. Chartier e Hébrard (1995) asseveram que, no século XX, houve uma necessidade de se referendar a leitura como algo muito benéfico, ao contrário de outros momentos da história, em que a prática era privativa de algumas comunidades de leitores.

Quanto à época contemporânea, para ela Chartier (1999a) identifica uma revolução da leitura, que muda não só o suporte dos textos, mas também a forma de os leitores lidarem com essa prática, que é a do mundo dos textos eletrônicos. O historiador sinaliza para essa nova forma de leitura, alertando-nos para o fato de que não deve ser uma forma de “[...] implicar o rebaixamento, o esquecimento ou, pior ainda, a destruição dos objetos que encarnaram, e encarnam, originalmente os trabalhos do passado e do presente” (1999a, p. 30). Antes de qualquer coisa, é preciso que, mesmo com a revolução do livro eletrônico, as bibliotecas possam “[...] colecionar, proteger, inventariar e, finalmente, tornar acessível a herança da cultura escrita” (CHARTIER, 1999a, p. 30).

As contradições do acesso, no entanto, não diminuem as distâncias e, se há uma revolução do suporte, ele nem por isso está acessível a todos. Para Chartier (2001b, p. 72): “Neste mundo universal há um risco de que aumentem as distâncias entre os que manejam o novo tipo de comunicação e os que estão fora [...]”. Assim, apesar de todos os suportes disponíveis para leitura, a impressão de volumosas quantidades de livros, jornais, revistas, etc., a época contemporânea convive com os discursos do baixo desempenho em leitura, a falta de ‘boas’ leituras, que se aproximam dos discursos do final do século XIX até meados do século XX na França, quando se reclamava: ‘Os franceses não leem’. No Brasil, os discursos de baixa frequência de leitura estão anunciados na mídia, na escola e em diversos segmentos.

No Brasil, a formação de leitores ainda é um grande desafio. Percebem-se, no entanto, esforços para garantir a leitura como um direito da população brasileira, historicamente afastada do acesso a diversos bens culturais. Soares (2004) destaca a precariedade das bibliotecas escolares como um dos grandes empecilhos para a formação de leitores no país, além de outros aspectos que determinam o acesso dos brasileiros ao livro e à leitura, tais como: alto custo do livro, falta de locais acessíveis ao empréstimo de livros, entre outros. Para Lacerda (2007, p. 6), no entanto, “[...] vai se revelando no país, crescente apropriação dos bens de leitura e camadas sociais que historicamente se debatem para fugir às armadilhas da exclusão em leitura têm-se mostrado soberanas na relação com o objeto-livro [...]”.

Nos últimos vinte anos os trabalhos de pesquisa sobre leitura no Brasil ganharam força, isso ocorrendo por meio de universidades apoiando grupos de pesquisadores e outras iniciativas de professores. Dessa maneira, investigações acadêmicas vêm discutindo essa problemática, com pesquisas em diversas áreas. No país, programas³ e projetos foram implantados para a melhoria do acesso à leitura, porém as precárias condições dos espaços das bibliotecas escolares e a falta de ampliação dos acervos impõem-se como impedimentos na busca do acesso aos bens culturais pelos alunos brasileiros.

No campo das pesquisas sobre as bibliotecas, algumas tentaram revelar em que medida os estudos brasileiros têm conseguido traçar um diagnóstico das bibliotecas escolares (CAMPELLO et al., 2012). Registraram, no entanto, dificuldades para um diagnóstico mais completo, uma vez que as características culturais, sociais e mesmo geográficas mostram diferenças significativas de organização e práticas nesses espaços.

³ São vários os programas para a melhoria de condições e acesso ao livro e à leitura, podendo-se citar: PNBE– Programa Nacional Biblioteca da Escola; PROLER– Programa Nacional de Incentivo à Leitura, dentre outros.

Consultando o Banco de Dados da CAPES⁴, constatou-se que os estudos sobre leitura e, conseqüentemente, de bibliotecas escolares, estão voltados para as diferentes áreas demonstradas por Ferreira (2001). Ferreira (2001), em sua pesquisa, catalogou análises sobre leitura em diferentes áreas e percebeu que os estudos dessa temática tomaram força com o próprio desenvolvimento dos programas de Pós-Graduação no país, a partir dos anos de 1980. A pesquisadora, por meio de estudo do tipo ‘Estado da Arte’, buscou inventariar e agrupar pesquisas cuja temática fosse a leitura. Concluiu que já se tem no país uma grande produção sobre o tema, produção essa distribuída nas áreas de Educação, Psicologia, Biblioteconomia e Letras/Linguística, entre outras.

O estudo agrupou resumos por assunto e as fontes utilizadas pela autora foram os resumos de teses de doutorado e de dissertações de mestrado do período de 1980 a 1995, encontrados no Banco de Dados da CAPES. Na pesquisa mencionada, destacou as dificuldades para conseguir alguns trabalhos, pois nem todos estavam disponíveis, o que revelou de início os problemas do pesquisador em história da educação. Ressalta-se que, no bloco de condições de produção da leitura na escola, incluíram-se os trabalhos voltados para a instituição ‘biblioteca’, constando de análises sobre práticas de leitura nas bibliotecas escolares, além da discussão dos mediadores de leitura, sua formação e outros aspectos. Notou-se que esse foco “[...] surge, timidamente, no início dos anos 80, num contexto de críticas e denúncias feitas pela sociedade sobre as condições de produção da leitura na escola” (FERREIRA, 2001, p. 133). A autora (2001) explicita que, com o desenvolvimento da pesquisa no país, foi-se ampliando uma “[...] rede formada por diferentes áreas de conhecimento, perspectivas teórico-metodológicas e enfoques temáticos” (FERREIRA, 2001, p. 1).

É em um contexto de denúncias sobre a precariedade da leitura no país que, a partir da década de 1980, as pesquisas foram se constituindo e revelando as necessidades mais imperiosas para a melhoria das condições de acesso ao livro e à leitura.

Também a pesquisa desenvolvida pelo Instituto Paulo Montenegro e a Ação Educativa, intitulada INAF – Índice Nacional de Alfabetismo Funcional (RIBEIRO, 2004), realizada de 2001 a 2005, focalizou níveis de desempenho em leitura, escrita e letramento matemático, para observar em que medida as pessoas se apropriam desses conhecimentos. Os dados mostraram o lado perverso da exclusão cultural no país, uma vez que a escolaridade da

⁴ CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Trata-se de uma antiga fundação do Ministério da Educação, criada em 1951.

população brasileira refletida pelo INAF revelou uma grande dívida educacional: entre os brasileiros de 14 a 64 anos, só 47% chegaram a completar a 8ª série do ensino fundamental (RIBEIRO, 2004).

Além disso, há de se considerar que a democracia cultural ainda é restrita no Brasil, pois 63% não têm o nível escolar mínimo que a Constituição afirma ser direito de todos os cidadãos (RIBEIRO, 2004). Essa exclusão da leitura é fruto da falta de outros bens sociais, como saúde, melhores condições de vida, de trabalho, entre outros. Em uma sociedade em que a leitura se torna condição para diversas situações da vida do indivíduo, a falta ou as dificuldades para cada um se constituir leitor perpetuam formas de exclusão. Também o acesso à leitura pode ser desigual, até mesmo no que diz respeito aos livros, visto que há aqueles consagrados pela crítica, ou seja, lidos por grupos específicos e a que nem sempre as camadas populares têm acesso, seja nas escolas, seja em bibliotecas outras da cidade. Isso torna a leitura, como declara Abreu (2004), uma questão de *status*. Ao analisar o Índice Nacional de Alfabetismo – INAF (2001)⁵ no Brasil, no que diz respeito à quantidade de obras impressas nas casas pesquisadas, declara que “[...] não apenas o carro, a casa ou as roupas são sinal de *status*. Também os livros podem sê-lo” (ABREU, 2004, p. 36).

Ressalta-se que, com essas considerações em mente, no ano de 2002, em um município⁶ de pequeno porte do Estado de Mato Grosso do Sul, foi realizado um curso de formação com professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em que se discutia a importância da formação de leitores e escritores⁷. Logo após os cursos, em 2006, aprofundamos questões sobre a história da leitura (CAVALLO; CHARTIER, 1998, CHARTIER, 1994, 1999a, 1999b, 2001a) e da cultura escolar, isso tendo sido realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Esse trabalho nos levou a evidenciar que muitas práticas de leitura não se desenvolviam no contexto escolar pelas concepções construídas pelos agentes formadores, bem como pelos leitores, por meio da configuração de uma cultura escolar contrária à generalização da leitura. Já em 2011 e 2012, em um novo contexto de estudos sobre o acesso ao livro e à leitura, uma comissão formada por profissionais ligados às áreas de Educação e Cultura e Universidades

⁵ INAF – Índice Nacional de Alfabetismo- revela dados sobre os níveis de alfabetismo da população brasileira adulta. Seu principal objetivo é oferecer informações sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade. Mais dados sobre a pesquisa realizada em 2001 podem ser vistos no livro (RIBEIRO, 2004). Dados gerais sobre o Indicador podem ser acessados no site: <http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.00.00.00&ver=por>

⁶ Pesquisa realizada no município de Ribas do Rio Pardo-MS. Relato da pesquisadora.

⁷ Curso de Formação de Professores Alfabetizadores oferecido em parceria com o Ministério da Educação e Prefeituras.

do município de Naviraí/MS discutiu o PMLL⁸ – Plano Municipal do Livro e da Leitura. Essa equipe de trabalho chegou à conclusão de que ainda faltavam dados sobre o acesso ao livro e à leitura no município, evidenciando, assim, a necessidade de pesquisas, inclusive com relação às bibliotecas escolares. Para isso, configuramos o esboço da pesquisa a ser desenvolvida em Naviraí, que é um município do estado de Mato Grosso do Sul, de pequeno porte, com uma população estimada em 51.535 habitantes (de acordo com o Censo 2015). A área territorial é de 3.194 km². O município faz fronteira com o estado do Paraná e com o Paraguai, na microrregião de Iguatemi. Sua fundação deu-se em 11 de novembro de 1963; seu termo gentílico é ‘naviraiense’.

O município de Naviraí possui duas bibliotecas públicas e dez bibliotecas escolares. Verificou-se que o levantamento do PMLL, mencionado acima, apresentou alguns dados⁹ que chamaram a atenção: a) 70% das pessoas de todas as idades gostam de assistir à TV e navegar na internet nas horas vagas; entre os estudantes, apenas 7% gostam de ler nas horas vagas. Os idosos apareceram nos questionários como os que mais leem, totalizando 23%, que disseram ‘que gostam de ler nas horas vagas’; b) entre os adultos de 18 a 50 anos, cerca de 20% gostam de ler nas horas vagas; suas leituras prediletas são revistas de variedades; c) quando perguntados sobre a frequência às bibliotecas, 80% dos adultos disseram não serem frequentadores; entre os estudantes e universitários, apenas 50% responderam frequentar a biblioteca da escola ou da Universidade, para ‘fazer trabalhos’. Verificou-se, nessa amostragem, em um município de pequeno porte, uma correlação entre leitura e escolarização. Também a frequência às bibliotecas está vinculada à instituição em que o aluno estuda, dados já apontados na pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (AMORIM, 2008).

Pesquisas recentes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Prática Educativa e Tecnologia Educacional – GEPPETE-UFMS, realizadas no município de Naviraí/MS, revelaram que há dificuldades organizacionais da escola para a socialização dos livros também nos espaços de bibliotecas escolares (SILVA, 2013). É oportuno lembrar que a leitura literária também pode ser dificultada pelas concepções dos agentes mediadores de leitura na escola (SILVA; ALMEIDA, 2015) e pela precariedade dos espaços, falta de

⁸ PMLL – Plano Municipal do Livro e da Leitura – Começou a ser elaborado em 2011, a partir das discussões do Plano Estadual do Livro e da Leitura, discutido em 2010 no evento ‘M.S Letras’ na cidade de Bonito-MS. O Município de Naviraí fez a coleta de dados, por meio de questionários estruturados (por amostragem) e a comissão de elaboração se reuniu várias vezes para a elaboração das ações e metas.

⁹ Dados fornecidos pela coordenadora do grupo de elaboração do Plano Municipal de Livro e da Leitura – PMLL.

sistemas de informação e demais condições necessárias para o funcionamento de bibliotecas escolares.

Os espaços de bibliotecas escolares e suas relações com a cultura escolar

Considerando a necessidade de estabelecer relações entre bibliotecas escolares, optou-se por investigar preliminarmente ‘como’ e ‘se’ a(s) cultura(s) construída(s) pelas bibliotecas públicas ‘não escolares’ influenciaram as ‘adaptações da biblioteca escolar’.

Optou-se, no trabalho, pelo estudo da história cultural, buscando desvelar não só as práticas, mas a cultura escolar que estabelece padrões de organização e comportamento em determinados espaços. Chartier (2015) enfatiza que, conforme suas diferentes heranças e tradições, a história cultural privilegiou objetos, âmbitos e métodos diversos e que enumerar essas novas possibilidades da história cultural é uma tarefa muito difícil para o pesquisador (CHARTIER, 2015), o que talvez esteja associado às interpretações do próprio conceito de cultura.

Compreender o conceito de cultura escolar dessa maneira nos levou à necessidade de retomar o sentido do termo ‘cultura’. Fourquin (1993) nos lembra de que o conceito de cultura tem diferentes acepções em diferentes áreas, observando que pode ter uma ênfase ‘elitista’, que considera a cultura como “[...] o conjunto das disposições e das qualidades características do espírito ‘cultivado’ (p. 11, grifo do autor); em outra definição, um caráter descritivo que atribui ao conceito “[...] os traços característicos do modo de vida de uma sociedade, de uma comunidade ou de um grupo” (FOURQUIN, 1993, p. 11). Ele nos chama a atenção para o caráter seletivo na relação entre cultura e escola, quando tratamos da transmissão cultural da educação e afirma que a cultura é: “Um patrimônio de conhecimentos e de competências, de instituições, de valores e de símbolos, constituído ao longo de gerações e característico de uma comunidade humana particular, definida de modo mais ou menos amplo e mais ou menos exclusivo” (FOURQUIN, 1993, p. 12).

Fourquin (1993, p. 14) vê uma “[...] verdadeira problemática das relações entre escola e cultura [...]”, pois considera que é preciso estar atento à especificidade da cultura escolar, que tende a ultrapassar os muros da escola, uma vez que ela é uma “[...] cultura escolar *sui generis*, dotada de uma dinâmica própria e capaz de sair dos limites da escola para imprimir sua marca ‘didática’ e ‘acadêmica’ a toda espécie de outras atividades” (1993, p. 17, grifo do autor).

Embora nos anos de 1960/1970 a escola fosse vista como reprodutora de uma cultura dominante, a partir dos estudos da cultura escolar esse espaço começa a ser observado também como espaço de ‘produção’ e não somente de ‘reprodução’ da cultura da sociedade.

A essa ‘capacidade de produção’ de uma cultura, no interior da escola, é dado o nome de cultura escolar. Corroboramos o entendimento de Silva (2006, p. 207) ao ela afirmar que, “[...] no entanto, essa mesma cultura não é simples reprodutora, tão pouco refratária a mudanças, pois ela tem sua própria identidade construída entre o que escutam, o que lêem, o que já sabem e acreditam ideologicamente os indivíduos”. Para Vidal (2009, p. 26), “[...] nesse panorama, a cultura escolar tem se constituído em uma importante ferramenta teórica para o estudo das relações entre escola e cultura”. É compreendendo as práticas escolares como produzidas na/pela cultura escolar que destacamos a necessidade de incluir os estudos dos espaços de bibliotecas escolares no interior das escolas públicas, além das ações impetradas pelos agentes escolares para dar sentido ao seu cotidiano.

Com relação às bibliotecas no Brasil, com Milanesi (1985) observou-se que os jesuítas trouxeram os livros que circularam nos conventos no período colonial, no entanto o período foi de grande censura, em que qualquer edição dependia de autorização episcopal e havia uma grande lista de obras consideradas proibidas. Mesmo assim, apesar da censura, muitas obras acabavam entrando no país, conforme afirma Milanesi (1985). Com a expulsão dos jesuítas em 1759, as bibliotecas dos religiosos permaneceram no país, mas vários materiais se perderam pela falta de conservação. Já a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro “[...] provocou profundas mudanças no país. Com os tesouros da corte, o rei incluiu em sua frota um precioso carregamento: a Biblioteca Real” (MILANESI, 1985, p. 29). Essa Biblioteca Real mais tarde foi aberta ao público e constituiu o acervo básico da conhecida Biblioteca Nacional. Com a Independência, ampliaram-se as bibliotecas, mas ainda no início do século XX “[...] o índice de alfabetizados não chegava a 30%” (MILANESI, 1985, p. 31), a ponto de se perguntarem: quem lia no Brasil? Essas questões preocuparam intelectuais, o que provocou movimentos e discussões sobre a necessidade de ampliação da escolarização no país.

Já as bibliotecas escolares no país “[...] começaram a surgir efetivamente com a criação das escolas normais e, posteriormente, dos ginásios estaduais, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX” (KLEBIS, 2006, p. 75). O seu objetivo era o atendimento aos estudantes e professores das escolas normais; mais tarde, foram chamadas de ‘bibliotecas infantis’. As intenções decorrentes da implantação de bibliotecas escolares no Brasil, para Klebis (2006), estavam ligadas a um conjunto de esforços para o aprimoramento da leitura em um país que se tornava republicano.

Partindo da constatação de que as nossas primeiras bibliotecas brasileiras foram primeiramente restritas a um público selecionado e só mais tarde se tornaram abertas ao público em geral, pode-se observar que as bibliotecas escolares foram ampliadas com a

expansão do processo de escolarização, especialmente da escola primária. Milanesi (1985) destaca que também as bibliotecas públicas a partir de 1971 passaram a ser ‘escolares’, uma vez que a Lei Federal nº 5.692/1971, que fixava Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dava outras providências, instituiu a ‘pesquisa’ como prática de ensino. Essa pesquisa mencionada na lei nada mais era que a consulta sobre diversos temas/conceitos/ e a posterior cópia nos cadernos. As bibliotecas públicas passaram então a suprir essa necessidade escolar. E, quanto às escolas que implantaram posteriormente as bibliotecas escolares, como incorporaram a cultura da biblioteca?

Quanto ao papel da escola e da biblioteca escolar na contemporaneidade, observamos que não se pode apenas obrigar a ler, mas, sim, é preciso formar leitores que, mesmo sem um processo de coerção, construam práticas de leitura que sejam frequentes ao longo e após a escolaridade. Há de se ponderar que as bibliotecas escolares podem ser um meio para a democratização do acesso às obras literárias, mas será que esses espaços funcionaram de modo a democratizar o acesso ao livro e à leitura? Que concepções permearam essas práticas? Para Werle (2012, p. 89), analisar “[...] historicamente as mudanças em educação envolve enfrentar questões difíceis de equacionar, exigindo que o pesquisador focalize outras questões que não apenas as regularidades, que aborde temas que permanecem na sombra”. Além disso, a pesquisadora destaca que:

Novo enfoque na história da educação nos levaria a indagar sobre a cultura das funcionárias, das merendeiras, das gestoras, assim como dos professores, dos alunos, das famílias. O novo enfoque em história da educação pode fazer-nos olhar para as culturas tradicionais específicas das diferentes escolas, de cada nível acadêmico, de cada grupo de atores e atentar para a geração de atores que compõe a instituição (WERLE, 2012, p. 89-90).

Ao longo da história das bibliotecas, períodos de acúmulo e períodos de destruição se alternaram, representando interesses diversos, como a busca de poder e o domínio. Klebis (2006) afirma que a biblioteca contemporânea guarda resquícios de práticas elitistas e autoritárias, seguindo moldes de instituições que guardam os livros e não os socializam. Os livros ficam guardados em uma sepultura, sem possibilidade de trocas e socialização, assim ele questiona: Será que nossas bibliotecas são espaços de socialização ou *genizah*? Battles (2003) afirma que o termo hebraico *genizah* significa ‘receptáculo’. Já “[...] na tradição rabínica, acabou designando um tipo de sepultura para livros, um lugar na sinagoga no qual escritos de todo gênero são postos quando estragam” (BATTLES, 2003, p. 191).

Na pesquisa, perguntas, como: Qual é a cultura constituída nesses espaços? E que concepções, ideias e comportamentos foram incorporados ao longo do tempo nas bibliotecas escolares? inquietaram-nos... Para investigar essas demandas, retomamos a definição de Milanesi (1985, p. 16), de que “[...] a história da biblioteca é a história do registro da informação, sendo impossível destacá-la de um conjunto amplo: a própria história do homem”.

Ao investigar as bibliotecas escolares, busca-se reconstituir uma história desses espaços por meio justamente dos objetos materiais da cultura escolar, tanto aqueles que são conservados, como aqueles que são descartados, uma vez que nos descartes também encontramos a valoração de aspectos da cultura escolar. É relevante ratificar, com Pessanha e Silva (2006, p. 4), que “[...] a cultura escolar é uma caracterização, uma reconstrução da cultura realizada em razão das próprias condições na qual a escolarização reflete pautas de comportamento, pensamento e organização”.

Como esclarece Julia (2001, p. 15): “A história das práticas culturais é, com efeito, a mais difícil de se reconstruir porque ela não deixa traço: o que é evidente em um dado momento tem necessidade de ser dito ou escrito?”. As pesquisas desse historiador na França mostraram que nem sempre os trabalhos escolares foram preservados, especialmente, sequer eram vistos como ‘importantes’ fontes para o trabalho historiográfico. Há de se considerar que, a partir da renovação histórico-metodológica da ‘nova história’, engendrada pelo movimento da Escola dos Annales¹⁰, houve uma criticidade em relação às fontes e à materialidade dos objetos que demonstrariam as práticas culturais nos diferentes espaços sociais, inclusive na escola. Para Julia (2001, p. 15), “Poderíamos pensar que tudo acontece de outra forma com a escola, pois estamos habituados a ver, nesta, o lugar por excelência da escrita. Ora, os exercícios escolares escritos foram pouco conservados [...]”. Dir-se-ia que havia um descrédito em relação a essas fontes, que eram descartadas com o passar dos anos. Com essas novas abordagens, os materiais escritos e outras fontes produzidas na/pela cultura escolar foram consideradas para o estudo das práticas culturais.

Cultura escolar e fontes: importância e limitações

¹⁰ A expressão ‘a nova história’ é mais bem conhecida na França. *La nouvelle histoire* é o título de uma coleção de ensaios editada pelo renomado medievalista francês Jacques Le Goff. Le Goff também auxiliou na edição de uma maciça coleção de ensaios de três volumes acerca de ‘novos problemas’, ‘novas abordagens’ e ‘novos objetos’. Nesses casos está claro o que é a nova história: e uma história *made in France*, o país da *nouvelle vague* e do *nouveau roman*, sem mencionar *la nouvelle cuisine*. Mais exatamente, é a história associada à chamada *École des Annales*, agrupada em torno da revista *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations* (BURKE, 1992, p. 2).

Quando da elaboração do projeto de tese, afligia-nos a busca por documentos e por ‘marcas’ deixadas pelos sujeitos leitores ao longo do período estudado — documentos e marcas que pudessem evidenciar ‘o acesso’ aos textos literários. O processo de escolarização coloca para os sujeitos determinadas dificuldades que reorganizam a maneira como determinado conhecimento se torna escolarizável. Isso pode ser observado nos estudos da constituição de determinadas disciplinas escolares (CHERVEL, 1990) e algumas práticas.

Para o desenvolvimento da tese *Cultura escolar em bibliotecas escolares do município de Naviraí/MS (1986-2010)*, realizou-se preliminarmente um levantamento das possíveis fontes que poderiam ser estudadas e articuladas aos objetivos do trabalho. Há de se considerar que as fontes foram selecionadas tendo em vista o conceito de cultura escolar. Faria Filho et al. (2004) nos lembram que a historiografia brasileira a partir dos estudos da cultura escolar tenta uma recontextualização sobre a escola. Para os autores (2004) há de se considerar que, em contraposição aos estudos anteriores:

Um esforço importante tem sido feito para, de certa forma, retirar os estudos a respeito da história do currículo e dos programas de ensino da formalidade e do idealismo a que os mesmos foram submetidos pela tradição historiográfica brasileira. De um lado, ao mostrar o currículo como um campo de forças e ao focar os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos das escolhas efetivadas pelos agentes que intervêm continuamente no processo de escolarização, tais estudos têm contribuído para que tenhamos uma visão do quão é dinâmica a cultura escolar (FARIA FILHO et al., 2004, p. 151).

Considerar a escola como um espaço que apenas resistiria às mudanças vindas de fora constitui uma questão que foi repensada pelos estudos sobre escola, em diferentes áreas, entre elas a História da Educação, a Sociologia, a Antropologia e outras. A ideia até então corrente da escola como lugar de resistências a mudanças é contestada pelos estudiosos, buscando, no que eles chamam de cultura escolar, um saber próprio, construído na/pela escola, saber esse que não está alheio a uma cultura mais ampla e também dela não é simples transposição. Para Werle (2012, p. 89). “Novos objetos trazem exigências metodológicas novas, provocam a revisitação ou busca de novas fontes — diários, livros de memórias, cadernos, impressos, livros didáticos, materiais de leitura popular”.

Investigar as práticas de leitura presentes nos espaços de bibliotecas ao longo dos períodos talvez carregue uma dificuldade inicial, justamente por exigir fontes não tão comuns, como livros de registros das bibliotecas, fichas de empréstimos e outros. Lembram-nos Pessanha, Daniel e Menegazzo (2004, p. 63) que, para analisar a cultura escolar, é preciso

conferir “[...] o conjunto das normas e práticas definidoras dos conhecimentos que aquela sociedade desejava que fossem ensinados, e os valores e comportamentos a serem impostos”. Assim, para realizar essa análise, há de se considerar que “[...] muitas vezes, é preciso ler esses registros de forma diferente, além de procurar outros menos formais, como: cadernos, planos de ensino, livros, provas e material didático em geral” (Pessanha; Daniel; Menegazzo, 2004, p. 63).

Outro aspecto a ser considerado é a dificuldade de conservação dos materiais, até mesmo por questões de organização dos espaços. As fontes selecionadas para o estudo foram: livro de TOMBO¹¹, com registro de obras recebidas dos diversos programas de leitura, bem como obras adquiridas pelas próprias escolas; livro e/ou fichas de empréstimos de obras aos alunos; croquis das bibliotecas escolares selecionadas; projetos de leitura da escola e/ou de professores(as); obras enviadas para as escolas pela extinta FAE — Fundação de Assistência ao Estudante e pelo PNBE. Pode-se observar que houve uma multiplicidade de fontes que foram incorporadas aos estudos da cultura escolar.

Como argumenta Bloch (2001, p. 79), comentando sobre a pesquisa histórica: “Pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los”. Essa se pode dizer que é uma das dificuldades do pesquisador em história da educação: O que pretendo saber? Que itinerário percorrer? Como ‘interrogar’ as fontes? Ainda com essas eventuais questões, é instigante ‘vasculhar’ a história da educação, podendo compor um trabalho que possa olhar para a sociedade daquele período a partir dos vestígios e dos artefatos preservados por ela. Isso parece garantir o grande prazer do pesquisador que considera a história como a ciência que permite realizar seu ofício.

Para Reis (2010, p. 41), referindo-se à ‘renovação teórico-metodológica da Escola dos Annales’, “[...] para abordar essas realidades humanas, a história teve que se renovar quanto às técnicas e métodos”. Além disso, o autor destaca que “[...] os documentos não são mais ofícios, cartas, editais, textos explícitos sobre a intenção do sujeito, mas listas de preços, de salários, série de certidões de batismo, óbito, casamento, nascimento, fontes notariais, contratos, testamentos, inventários”.

¹¹ As expressões ‘tombamento’ e ‘livro de tombo’ provêm do Direito Português, em que a palavra ‘tombar’ tem o sentido de registrar, inventariar, inscrever bens nos arquivos do Reino. Tal inventário era inscrito em livro próprio e que era guardado na Torre do Tombo, a torre Albarrã, do Castelo de São Jorge, em Lisboa (Portugal). Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=46>>. Acesso em: 10 mar. 2016. O livro de ‘tombo’ nas escolas pesquisadas é destinado ao registro de todas as obras literárias que a escola possui. Nesse livro não são registrados os livros didáticos recebidos.

Destarte, um dos trabalhos essenciais do pesquisador talvez seja buscar nos registros menos formais as marcas dos sujeitos ou grupos, a fim de ‘garimpar’ as práticas, desvelando as possibilidades implícitas que as fontes podem nos trazer. Para Simões (2012, p. 228, grifo do autor), é preciso: “Desta forma, ler as entrelinhas, os espaços em branco, os ‘não-ditos’ inscritos em cada documento, conhecendo sua origem ou o contexto de produção, tem sido um exercício de pesquisa fundamental”.

Segue-se, portanto, que a seleção das fontes e seu uso se configuram primordiais para o desenvolvimento dos aspectos metodológicos do trabalho, bem como a sua cuidadosa análise. Para Reis (2010, p. 43), “[...] o historiador escolhe, seleciona, interroga, conceitua, analisa, sintetiza, conclui. A partir da posição do problema, o historiador distribui as suas fontes, atribui-lhes sentido e organiza as séries de dados que ele terá construído”. A organização desse trabalho metodológico articula-se ao objeto e as questões teóricas, ou seja, a articulação da pesquisa é necessária para a garantia de um trabalho histórico em educação que realmente escolha seus objetos no passado e os interroge a partir do presente (REIS, 2010).

Há de se considerar que a preservação da materialidade das fontes se constitui uma das primeiras dificuldades para quem se propõe pesquisar em história da educação. Há de se considerar que:

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações (BLOCH, 2001, p. 83).

Para Simões (2012), reclamava-se, antes dos anos de 1990, da ‘constante repetição’ em pesquisas históricas no Brasil, mas se passou, a partir desse período, a um momento de expansão e amadurecimento, embora com algumas fragilidades. A autora destaca que:

No contexto desse movimento de expansão e consolidação do campo da pesquisa histórica em educação no Brasil, acredito que valha a pena pensar produção e uso de fontes a partir das seguintes questões: a) a ampliação e a diversificação do conjunto de objetos de estudo e fontes possíveis; b) a complexidade do campo, ou seja, a educação compreendida em suas interfaces com diferentes campos da ciência e com outras práticas sociais igualmente complexas e diversificadas; c) o rigor metodológico inerente á

investigação histórica; e d) a fragilidade das políticas de preservação da memória e do patrimônio histórico no Brasil (SIMÕES, 2012, p. 216-217).

Outra dificuldade encontrada na iniciativa de desenvolvimento do trabalho, no campo da história da educação, é garantir que as fontes sejam preservadas. Há uma prática de descarte de materiais escolares, tais como cadernos, diários, registros de empréstimos de livros e outros, descarte que, muitas vezes, dificulta o trabalho de pesquisa. No levantamento preliminar de fontes e no decorrer do trabalho de catalogação, constatou-se que as bibliotecas escolares pesquisadas em Naviraí/MS (sete bibliotecas) ainda não têm um sistema informatizado para o cadastro do acervo de textos literários. Os livros e/ou as fichas de empréstimo de livros, com o passar dos anos, são descartados, o que inviabiliza a coleta de dados mais precisos.

Simões (2012, p. 221-222), ao comentar a produção e os usos das fontes, no Espírito Santo, destaca o que muitos estados brasileiros vivenciam: “[...] a precariedade da preservação das fontes, a escassez de produções historiográficas sobre a educação no Estado e os desafios teórico-metodológicos do entrecruzamento de fontes plurais [...]”. Não de se considerar ainda as condições de materialidade tanto das fontes de pesquisa, e, em especial, a precariedade dos espaços destinados às bibliotecas escolares no Brasil, que são ‘sobreviventes’ em espaços mal iluminados, sem ventilação, apertados. Para Klebis (2006):

Que são as bibliotecas afinal? Espaços que buscam reunir o universal? Espaços de acúmulo e difusão cultural? ‘Templos do saber’ que têm no livro um objeto de culto e na leitura uma atividade sagrada? Espaço de murmúrio de leitores inquietos? Espaços em que se cultivam o silêncio e a ordem? Espaços de leitura solitária e compenetrada? Espaços de pesquisa, estudo e convívio para sábios, cultos, eruditos e intelectuais da elite cultural? Espaços organizados e assépticos de preservação de livros e textos? Espaços políticos de transformação social? Espaços vigiados, controlados, censurados? Espaços em extinção face às novas tecnologias digitais? Espaços de fuga e narcose para leitores compulsivos e desesperados? Espaços abandonados de livros encobertos de poeira e semi-destruídos pelas traças? [...] Espaços de construção das relações entre leitores e livros? Talvez as bibliotecas sejam, a um só tempo, todos esses espaços e a possibilidade de muitos outros (KLEBIS, 2006, p. 81, grifo do autor).

Outra questão importante no trabalho se refere aos aspectos éticos, cuidado e uso do material, uma vez que as incoerências no trato com as fontes podem prejudicar o trabalho de pesquisa. Assim, um ‘olhar minucioso’ para o material e a escolha, isso já implica, em si, um trabalho metodológico. Bloch (2001) destaca:

Naturalmente, é necessário que essa escolha ponderada de perguntas seja extremamente flexível, suscetível de agregar, no caminho, uma multiplicidade de novos tópicos, e aberta a todas as surpresas. De tal modo, no entanto, que possa desde o início servir de ímã às limalhas do documento. O explorador sabe muito bem, previamente, que o itinerário que ele estabelece, no começo, não será seguido ponto a ponto. Não ter um, no entanto, implicaria o risco de errar eternamente ao acaso (BLOCH, 2001, p. 79).

A limitação no uso de fontes decorre de questões como a falta de dados mais precisos sobre datas, registros, os ‘silêncios’ ou os ‘não-ditos’ (SIMÕES, 2012, p. 228) dos documentos. É, no entanto, necessário um estudo cuidadoso e uma análise que considere especialmente o objeto de estudo e as questões teóricas que dão suporte à pesquisa. Para Reis (2010), “[...] o historiador tem como tarefa vencer o esquecimento, preencher os silêncios, recuperar as palavras, a expressão vencida pelo tempo” (p. 42). Analisar esses ‘vazios’ seja, talvez, um dos grandes desafios do pesquisador em história da educação.

Considerações finais

Buscou-se, neste trabalho, realizar algumas ponderações sobre as fontes, sua importância e limitações na tese intitulada: *Cultura escolar em bibliotecas escolares do município de Naviraí-MS (1986-2010)*. Ainda que tenha sido realizado previamente um levantamento das possibilidades para a investigação de práticas de leitura de obras literárias em bibliotecas escolares públicas desse município, isso relativo ao período de 1986-2010, o contato direto com as fontes, as dificuldades de preservação do patrimônio histórico, o descarte de determinados materiais, todas elas são questões que se colocaram como obstáculos para o pesquisador.

A grande relevância das fontes documentais para o campo da história e, conseqüentemente, para o da história da educação, não inviabiliza a pluralidade de materiais a serem pesquisados. A definição de quais fontes e de como as utilizar, eis o que é apreciado mediante o objeto de pesquisa e as questões teórico-metodológicas do trabalho.

Compreende-se, por meio do estudo, que mesmo os descartes de materiais escolares determina aspectos da valoração ou não de objetos e de práticas culturais, o que configuraria uma cultura escolar marcada pela singularidade de cada espaço e, ao mesmo tempo, permeada pelos valores, ideias e concepções de uma sociedade em uma determinada época. Conclui-se, inicialmente, que, a partir do levantamento preliminar de fontes e no decorrer do trabalho de catalogação, durante o ano de 2015, foi constatado que as bibliotecas escolares pesquisadas em Naviraí/MS (sete das dez existentes) ainda não têm um sistema informatizado para

cadastro dos acervos de textos literários. Com isso, os livros e/ou as fichas de empréstimo de livros, com o passar dos anos são descartados (são conservados apenas os livros tombo, em que são registrados os livros recebidos), pela falta de espaço para a guarda desses registros e pela não valorização desses objetos materiais, o que demonstra uma cultura escolar em que a biblioteca escolar ainda não é considerada como espaço privilegiado da preservação da cultura.

Referências

- ABREU, M. Percursos da leitura. In: Abreu, M. (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1999.
- ABREU, M. Os números da cultura. In: RIBEIRO, V. M. (Org.). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001**. 2. ed. São Paulo: Global, 2004. p. 33-45
- AMORIM, G. (Org.). **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial. Instituto Pró-Livro, 2008.
- BATTLES, M. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.
- BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. 1971. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso 10 jan. 2016.
- BRASIL. Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm> Acesso 17 jan. 2015.
- BURKE, P. A nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992. p. 1-13. Disponível em <http://etnohistoria.fflch.usp.br/sites/etnohistoria.fflch.usp.br/files/Burke_Nova_Historia.pdf> Acesso 17 jan. 2016.
- CAMPELLO, B. S. et al. (2012). Situação das bibliotecas escolares no Brasil: o que sabemos? **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 1-29, 2012.
- CAVALLO, G.; CHARTIER R. **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998.
- CHARTIER, R. Do códice ao monitor: a trajetória do escrito. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 185-199, 1994. Doi:10.1590/S0103-40141994000200012.

CHARTIER, R. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, M. (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1999a. p. 19-31.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Unesp, 1999b.

CHARTIER, R. **Práticas da leitura**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001a.

CHARTIER, R. **Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antônio Saborit**. Porto Alegre, RS: ARTMED, 2001b.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CHARTIER, A. M.; HÉBRARD, J. **Discursos sobre a leitura: 1880-1980**. São Paulo: Ática, 1995.

CHERVEL, A. A história das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

FARIA FILHO, L. M. et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, 2004.

FERREIRA, N. S. A. **A pesquisa sobre leitura no Brasil: 1980-1995**. Campinas, SP: Komedi, 2001.

FOURQUIN, J. C. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1993.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, SP, n. 1, p. 9-43, 2001.

KLEBIS, C. E. O. **Leitura e envolvimento: a escola, a biblioteca e o professor na construção das relações entre leitores e livros**. 2006. 158 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

LACERDA, N. G. “Desarmando as armadilhas da exclusão em leitura: o jaguar lambendo as patas”. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16., 2007. **Anais...** Campinas, 16º COLE, UNICAMP, 10 a 13 de julho de 2007. Disponível em: <<http://www.alb.br/anais16cole>>. Acesso em 17 jan. 2015.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PESSANHA, E. C.; DANIEL, M. E.; MENEGAZZO, M. A. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 57-69, 2004.

PESSANHA, E. C.; SILVA, F. T. Observatório de cultura escolar: as potencialidades da centralidade da(s) cultura(s) para as investigações no campo do currículo. In: 29ª REUNIÃO

ANUAL DA ANPED, Caxambu, MG, 15 a 18 de outubro de 2006. Texto para trabalho encomendado GT 12 (Currículo).

REIS, J. C. Os Annales: a renovação teórico-metodológica e “utópica” da história pela reconstrução do tempo histórico. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Org.). **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. p. 28-54

RIBEIRO, V. M. **Letramento no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Global, 2004.

SAVIANI, D. O debate teórico-metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Org.). **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. p. 7-17.

SILVA, F. C. T. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 201-216, 2006.

Silva, K. L. Práticas de leitura e acesso ao livro literário em bibliotecas escolares do ensino fundamental do município de Naviraí-MS. 2013. 25 f. Trabalho (Conclusão de Curso) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Naviraí-MS, 2013.

SILVA, K. L. S.; ALMEIDA, R. M. R. Acesso ao livro e à leitura em bibliotecas escolares — Naviraí/MS. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 6, n. 16, p. 190-210, 2015.

SIMÕES, R. H. S. Produção e usos de fontes: interdições, possibilidades e escolhas de historiadores/as da educação. In: SIMÕES, R. H. S.; GONDRA, J. G. (Org.). **Invenções, tradições e escritas da história da educação**. Vitória, ES: Edufes, 2012. p. 215-232.

SOARES, M. Leitura e democracia cultural. In: PAIVA, et al. (Org.). **Democratizando a leitura: pesquisas e práticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 17-32.

VIDAL, D. G. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 25-41, 2009. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

WERLE, F. O. C. Invenções e tradições na história da educação. In: SIMÕES, R. H. S.; GONDRA, J. G. (Org.). **Invenções, tradições e escritas da história da educação**. Vitória, ES: Edufes, 2012. p. 81-96.